

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL – SC

LEI ORÇAMENTÁRIA

EXERCÍCIO DE 2024

RENÚNCIA DE RECEITA - LRF, ART. 4º, § 2º, V

ANEXO

1. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA RENÚNCIA DE RECEITA

A LRF define como renúncia de receita a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração da alíquota ou modificação da base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Entende-se por:

Anistia: isenção de multa incidente sobre tributos pagos em atraso;

Remissão: perdão de tributo inscrito em dívida ativa;

Subsídio: parcela do custo de um serviço público arcado pelo governo, por exemplo, transporte coletivo;

Crédito presumido: exoneração de parcela do tributo devido, descontado no momento do recolhimento, concedido a título de incentivo a determinado setor produtivo ou a empresas de certas regiões.

O artigo 14º da LRF exige que para a concessão de benefícios fiscais de natureza tributária, o administrador deverá apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, tendo que compensar com o aumento de outras receitas tributárias se a receita renunciada estiver prevista no orçamento.

Os demonstrativos e os eventos a seguir procuram atender, já neste momento, o disposto no artigo 14º da LRF, ao evidenciar a estimativa de receita a ser renunciada, os benefícios e o impacto orçamentário-financeiro.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPINZAL – SC. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2023 RENÚNCIA DE RECEITA – LRF, ART. 4º, § 2º, V			ANEXO
			CONSOLIDADO
ESPECIFICAÇÃO – EVENTO	2024	2025	2026
1. Desconto para pagamento do carnê de IPTU em cota única	220.858,79	231.901,73	243.496,82
2. Isenção de IPTU e demais tributos do carnê a contribuintes aposentados e carentes	30.742,99	32.280,14	33.894,15
3. Anistia – Isenção de multas e juros sobre tributos pagos em atraso	5.434.127,86	5.705.834,26	5.991.125,98
TOTAL (Previsão da Renúncia)	5.685.729,64	5.970.016,13	6.268.516,95

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026
1. Superávit Financeiro Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00
2. Receitas Previstas	172.717.247,46	181.353.109,84	190.420.765,37
3. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (1+2)	172.717.247,46	181.353.109,84	190.420.765,37
4. Receita Prevista de Dívida Ativa Corrigida	10.315.157,85	10.830.915,75	11.372.461,54
5. Receita Prevista de IPTU	5.175.588,61	5.434.368,04	5.706.086,45
6. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (4+5)	15.490.746,46	16.265.283,79	17.078.547,99
7. Desconto para pagamento do carnê de IPTU em cota única	220.858,79	231.901,73	243.496,82
8. Isenção de IPTU e demais tributos do carnê a contribuintes aposentados e carentes	30.742,99	32.280,14	33.894,15
9. Isenção de multas e juros sobre tributos pagos em atraso	5.434.127,86	5.705.834,26	5.991.125,98
10. TOTAL DE RENÚNCIA DE RECEITA	5.685.729,64	5.970.016,13	6.268.516,95
11. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (10/3)	3,29192928	3,291929284	3,29192929
12. IMPACTO FINANCEIRO SOBRE A FONTE (10/6)	36,70403912	36,70403915	36,70403921

2 . PREMISSAS E METODOLOGIA DE CÁLCULO

2.1 PREMISSAS

EVENTO 01

O Município tem registrado 13.789 unidades cadastrais imobiliárias, destas, 13.313 são objeto de lançamento de IPTU. O valor lançado do IPTU para o exercício de 2024 é estimado em R\$ 5.175.588,61, estimativa gerada a partir do lançamento do IPTU deste exercício de 2023 que corresponde ao valor lançado de R\$ 4.676.722,61. A previsão deste tributo para o exercício de 2024, comparando-o ao lançamento de 2023, considerando o resultado das ações de fiscalização; inclusão de novas unidades imobiliárias; aprovação de novos loteamentos e desmembramentos, regularização de imóveis e reajuste anual determinado pelo executivo municipal, teve um crescimento total de 10,667% correspondendo a 5,974% de reajuste e de 4,493% resultantes do crescimento vegetativo, ação fiscalizadora e regularização de imóveis. Segundo levantamento efetuado nesta data, dos últimos três exercícios, há um índice médio de inadimplência do IPTU em torno de 14,954%, sendo no exercício de 2020 = 16,3300%, 2021 = 13,9800% e em 2022 = 14,552%. O propósito da administração é, através da cobrança administrativa, conscientizar o contribuinte da importância, inclusive, econômica de manter o recolhimento dos tributos no prazo previsto para seu pagamento, evitando o desembolso dos acréscimos legais, como multa e juros. E ao final, aos contribuintes ainda inadimplentes, implementar a cobrança judicial, medidas que objetivam a redução da dívida anual do IPTU, para índices aceitáveis de no máximo 8,00%. Do total arrecadado do IPTU nos últimos três exercícios de 2020, 2021 e 2022, cerca de 47,0747%, 52,2539% e 52,2600% respectivamente, tiveram origem na cota única com benefício do desconto de 10,00%, gerando uma média de 50,5295% Neste exercício de 2023, do total arrecadado do IPTU, 54,575% é resultante do pagamento em cota única. Para o exercício de 2024, o desconto estabelecido para a cota única do IPTU continuará com o índice de 10,00%.

EVENTO 02

Neste exercício de 2023, 0,594% (zero vírgula quinhentos e noventa e quatro por cento) do valor lançado de IPTU se enquadra na condição de aposentados, pensionistas e portadores de necessidades especiais e se beneficiam de isenção concedida pela Lei Complementar nº 134/2009.

EVENTO 03

O Município tem registrado (2.881) unidades cadastrais (contribuintes) inadimplentes com o Tesouro Municipal, por débito de IPTU, ISS, RECEITAS HABITACIONAIS e outros tributos.

Lançados em dívida ativa, os créditos somam a importância corrigida de R\$ 10.315.157,85, assim composta: a) principal: R\$ 3.362.999,21; b) encargos (correção monetária) R\$ 1.518.030,78; c) encargos (juros e multas) R\$ 5.434.127,86 A administração tem empenhando esforços através da conscientização dos inadimplentes sobre a importância da regularização de seus débitos. Busca com tenacidade cobrar via administrativa e quando essa forma se torna infrutífera, encaminha via cartório ou ajuíza os débitos para evitar sua prescrição. Não obstante o empenho da administração, os resultados não estão sendo muito produtivos. Com o objetivo de atrair os inadimplentes para regularização de seus débitos, o Executivo pretende instituir programa de recuperação fiscal destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município concedendo anistia e/ou remissão sobre os acréscimos legais relativos à multas e juros e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores e os decorrentes de obrigações acessórias, na forma da lei.

EVENTO 04

DEMONSTRATIVO DOS VALORES POTENCIAIS DA DÍVIDA ATIVA				
ESPECIFICAÇÃO	PRINCIPAL	CORREÇÃO	ENCARGOS POTENCIAIS	TOTAL
Dívida Ativa	3.362.999,21	1.518.030,78	5.434.127,86	10.315.157,85

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

EVENTOS 01 a 04

I – METODOLOGIA DE CÁLCULO IPTU		
A) RECEITA DO IPTU		
(+) Valor estimado do IPTU para lançamento em 2024	R\$	5.175.588,61
(-) Inadimplência média estimada em 14,9540%	R\$	773.957,52
(-) Isenções a aposentados, pensionistas e portadores de necessidades especiais estimadas em 0,594%	R\$	30.742,99
Previsão de arrecadação em 2024	R\$	4.370.888,10
Previsão de pagamento em cota única, em 2024. (média de 2020 a 2022 de 50,5295%).	R\$	2.208.587,90
Desconto de 10,00% – Renúncia de Receita	R\$	220.858,79
Previsão de arrecadação líquida em 2024 (4.370.888,10 – 220.858,79)	R\$	4.150.029,31
II – METODOLOGIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA ATIVA		
B) RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA		
(+) Valor potencial de arrecadação da Dívida Ativa (principal e encargos)	R\$	10.315.157,85
(-) Anistia – Isenção de multas e juros sobre tributos pagos em atraso	R\$	5.434.127,86
Previsão de arrecadação de Dívida Ativa em 2024	R\$	4.881.029,99

4. DEMONSTRATIVO DE QUE A RENÚNCIA DE RECEITA FOI CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA LDO E QUE, PORTANTO, NÃO AFETARÁ AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS PREVISTAS NA LDO.

Especificação	Arrecadação	Arrecadação	%	Previsão	Estimada
	2021	2022		2023	2024
IPTU	2.483.987,50	2.839.644,13	(+) 14,3179718094	2.790.634,61	4.150.029,31
DÍVIDA ATIVA	910.790,10	1.204.554,27	(+) 32,2537728506	4.805.568,50	4.881.029,99
TOTAL	3.394.777,60	4.044.198,40	(+) 19,1299954377	7.596.203,11	9.031.059,30

Fonte: Secretaria Municipal da Administração e Finanças – Setor de Tributação e Contábil.

Nota: Na estimativa da receita da Lei Orçamentária a ser aprovada pela Câmara de Vereadores, contemplará a renúncia ora autorizada. A Compensação se dará também pela ampliação da base econômica. A compensação da renúncia da receita dar-se-á ainda com o esforço fiscal e administração tributária eficaz. O propósito da administração é, através da cobrança administrativa, conscientizar o contribuinte da importância, inclusive, econômica de manter o recolhimento dos tributos no prazo previsto para seu pagamento, evitando o desembolso dos acréscimos legais, como multa e juros. E, ao final, aos contribuintes ainda inadimplentes, implementar a cobrança judicial, medidas que objetivam a redução da dívida anual tributária, para índices aceitáveis de no máximo 8,00%.

A política tributária do Município de Capinzal, no tocante à concessão de benefícios fiscais, irá obedecer ao comando constitucional (CF) previsto no art. 150, §6º c/c art. 156, §3º, III, ou seja, qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica Municipal.